



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

O **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BAHIA**, através da **COPEL – COMISSÃO DE PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, e da Pregoeira, designada pelas **Portarias Nº 026 e 027/2021**, torna público, para conhecimento dos interessados que, na data e horário abaixo indicados, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, em Sessão Pública Virtual, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, que será regida pela Lei Nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto 10.024/2019, Lei Complementar Nº 123/2006 e subsidiariamente, pela Lei Nº 8.666, de 21/0/1993, objetivando **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS ESPECIAIS, A FIM DE MANTER O TRATAMENTO DIETÉTICO DOS USUÁRIOS CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS - BA.**

Data: 15/12/2021.

Horário: 10 horas (Horário de Brasília).

Recebimento das Propostas de Preços: Às 08 horas do dia 13/12/2021, até às 08 horas e 30 minutos do dia 15/12/2021.

Abertura das Propostas: Às 08 horas e 30 minutos do dia 15/12/2021.

Início da Sessão de Disputa de Preços: Às 10 horas do dia 15/12/2021.

Local: www.licitacoes-e.com.br

Modo de disputa – aberto.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto à **Registro de Preço para aquisição de FÓRMULAS ESPECIAIS, a fim de manter o tratamento dietético dos usuários cadastrados nas Unidades de Saúde da Família do Município de Lauro de Freitas - BA.**

1.2. Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

1. Anexo I – Minuta da Ata de Registro de Preço;
2. Anexo II – Planilha Discriminativa;
3. Anexo III - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;
4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência, em seu Quadro de Pessoal, de Empregado nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº 4.358/02;
5. Anexo V – Termo de Referência.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas utilizará o Portal do **Pregão Eletrônico do Banco do Brasil S/A**, para a realização desta Licitação, conforme Convênio de Cooperação Técnica;

2.2. O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública Virtual, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases;

2.3. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira designada pelas Portarias Nº 026 e 027/2021, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o site www.licitacoes-e.com.br;

2.4. Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao Certame.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

a) A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de Habilitação e Proposta de Preços sujeitará o licitante às



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

sanções previstas neste Edital;

3.3.1 . Em cumprimento ao Art. 48, Inciso I da Lei Federal 123/06, SOMENTE poderão participar dos **Lotes 01 e 03**, deste pregão, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, que comprovarem seus enquadramentos conforme estabelecido neste edital.

3.2. Poderão participar deste **Pregão Eletrônico** quaisquer licitantes que:

- a) Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;
- c) Comproven possuir os documentos de Habilitação requeridos no Item 9 – **Documentação de Habilitação**.
- d) Será admitida a participação de consórcios, atendidas as condições previstas no Art. 33 da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e aquelas estabelecidas neste Edital, da forma a seguir.**

e) Em se tratando de consórcio, as participações de empresas ficam condicionadas, além das exigências contidas neste EDITAL, ao atendimento dos seguintes requisitos:

3.2.1 Apresentação de instrumento prévio de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, registrado nos órgãos competentes, que não deverá revelar dado contido nas PROPOSTAS COMERCIAIS, do qual constem em cláusulas próprias:

- a) Denominação do consórcio;
- b) Composição do consórcio e indicação da empresa líder, à qual serão conferidos amplos poderes para representar os consorciados, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante a LICITAÇÃO, podendo, inclusive, assumir obrigações perante a Administração Pública, que, na hipótese de consórcio entre empresas nacionais e estrangeiras, será sempre empresa nacional.
- c) Compromissos e obrigações dos consorciados, entre si e em relação ao objeto da LICITAÇÃO, com a especificação, inclusive, se for o caso, da divisão das atividades relacionadas à prestação dos serviços entre as empresas consorciadas;
- d) Compromisso expresso de responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados sob consórcio na fase de LICITAÇÃO e durante a execução do CONTRATO, bem como pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto do contrato até o seu recebimento definitivo;
- e) Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou sob qualquer forma modificada, desde a entrega da DOCUMENTAÇÃO até a assinatura do CONTRATO e daí por diante, exceto com autorização prévia e expressa do MUNICÍPIO de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal Requisitante, desde que mantidas as condições de garantia constantes do edital e do contrato.

3.2.2 A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação ou desclassificação do consórcio.

3.2.3 Os documentos de todas as consorciadas deverão ser apresentados de acordo com o previsto neste Edital.

3.2.4 A empresa consorciada fica impedida de participar de outro consórcio ou de oferecer proposta isoladamente nesta LICITAÇÃO.

3.2.5 O instrumento de consórcio não deverá revelar dados contidos na proposta, ainda sigilosos.

3.2.6 A empresa líder deverá ter amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no contrato, receber, dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

3.2.7 Todos os licitantes do consórcio deverão demonstrar experiência anterior nas atividades exigidas para a comprovação de capacidade técnica, admitindo-se o somatório dos quantitativos de cada consorciado, observadas as regras constantes do EDITAL e nos termos do artigo 33 da Lei nº8.666/93

3.2.8 As empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica;

3.3 Poderão participar do Certame Licitatório interessados comprovadamente do ramo correlacionado ao objeto desta licitação, regularmente estabelecidos e que satisfaçam as condições exigidas no presente Edital e seus anexos, parte integrante deste Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

4 .REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.2 O Certame será conduzido pela Pregoeira, que terá as seguintes atribuições:

- a) Coordenar os trabalhos da Equipe de Apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao Certame;
- c) Abrir as Propostas;
- d) Analisar a aceitabilidade das Propostas;
- e) Desclassificar Propostas, indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da Proposta do Lance de Menor Preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos.

5 .DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.2 Nos casos de Microempresa deverá ser apresentado documento emitido pela Junta Comercial comprovando o regime diferenciado;

5.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do Certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, e Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho (CNDT) – Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da CLT;

5.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação;

5.5 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

5.6 Entende-se por empate aquelas situações em que as Propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao Melhor Preço;

5.7 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar Proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do Certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do item “a” deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da Lei Complementar Nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 5.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- d) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 5.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da Proposta originalmente vencedora do Certame.

5.8 O disposto nos itens 5.4, 5.5 e 5.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

6 .DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL/S/A

6.2 Para acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País;

6.3 As Pessoas Jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e participar de todos os demais atos e operações no Sistema Eletrônico *licitações-e*;

6.4 Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

6.5 A chave para identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado;

6.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por sua representante, não cabendo a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas ou ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

6.8 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

6.8.7 A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso *identificado*”;

6.9 Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, durante a Sessão Pública Virtual do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema Eletrônico ou de sua desconexão.

7 .DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 No julgamento das Propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8 .ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 O encaminhamento da Proposta de Preços, sem prejuízo do disposto no item 10 deste Edital, pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as Propostas elances;

8.2 Ao oferecer sua Proposta no Sistema Eletrônico, o licitante deverá preencher, obrigatoriamente e enviar em anexo sua Proposta de Preço inicial, o campo CONDIÇÕES DO PROPONENTE, com as seguintes informações:

a) Preço(s) proposto(s) para o(s) lote(ns) ofertado(s), com preços unitário e global por lote que não poderão ser superiores aos valores de referência da Administração, constante na Planilha Estimativa - expresso(s) em real(is), junto ao(s) qual(is) considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes e encargos de qualquer natureza);

b) O proponente deverá elaborar a sua proposta escrita de preços em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

c) As Propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação das mesmas em Sessão Pública. As Propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidos como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

8.3 Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a Proposta anteriormente apresentada.

8.4 PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇO

8.4.1 O Prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 08 (oito) meses contados da data de sua assinatura.

8.4.2 Em caso de celebração de contrato decorrente da ata de registro de preço, o mesmo poderá ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8666/93.

8.5. LOCAL E FORMA DA ENTREGA

a) O fornecedor terá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a data de recebimento da solicitação de fornecimento e empenho, para a entrega, o que se dará por e-mail.

b) A entrega deverá ser realizada em dia de expediente para Secretaria de Saúde – Lauro de Freitas (BA), no horário compreendido entre as 08h e às 14h. Caso o término do prazo para entrega se dê em dia não útil na SESA, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

c) O dia e o horário para entrega das mercadorias deverão ser agendados previamente com o setor de Almoxarifado da Secretaria de Saúde, com antecedência mínima de 24 horas, pelo telefone (71) 3379-1207.

d) Os produtos deverão serem entregues no seguinte endereço: RUA LEONARDO R. DA SILVA COND. NOSSA SENHORA DE LURDES 377 LT 08 PITANGUEIRAS, Lauro de Freitas – BA CEP 42.701-420 –Almoxarifado.

e) A Ata de Registro de Preços terá vigência de 08 (oito) meses a contar da data de assinatura.

9. DOS DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO

9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1 Ato Constitutivo, Estatuto Social publicado de acordo com a Lei Federal Nº 6.404/76 ou Contrato Social em vigor e Alterações, devidamente registrado e Consolidado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de Documentos de eleição de seus administradores;

9.1.2 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.1.3 Cédula de Identidade do representante da empresa;

9.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.1.5 Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.

9.1.1. Documentos Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas –CNPJ;

b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) CND/Receita Federal, Fazenda Nacional e INSS(Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Receita Federal e a Fazenda Nacional), inclusive quanto a Contribuições Previdenciárias e de Terceiros (INSS);

e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da empresa;

f) Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Estaduais;

g) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

h) Prova de Regularidade de junto a Justiça do Trabalho(CNDT)–Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da CLT;

i) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

j) Se alguma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte for declarada vencedora e haja alguma restrição quanto à Regularidade Fiscal e Trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de Negativa;

k) A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

9.2 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

9.2.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme o caso. A data de expedição da certidão deverá ser de até 30 (trinta) dias antes da data de entrega do envelope de Habilitação;

9.2.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei (com indicação do Nº do Livro Diário, número de Registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos) que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os mesmos deverão estar assinados pelo Contabilista (registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa.

9.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade conforme sua razão, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado de capacitação técnica atualizado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Alvará ou licença sanitária para funcionamento, conforme o caso, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da sede do licitante ou Ministério da agricultura. Caso o documento exigido nesta alínea não indique a sua validade, considerar-se-á o prazo de 12 (doze) meses, contados da sua emissão;
- c) Para cumprimento deste objeto, necessário se faz que a o Órgão Gerenciador da Ata de Registro e ao fornecedor obedeçam às normas da ANVISA e suas portarias vigentes, conforme RDC 216 de 15/09/2004; RDC 63/2000 da Agencia Nacional da Vigilância Sanitária; Resolução CFN nº 337 de 14 de abril de 1999.

9.3.1. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

- a) A Empresa vencedora deverá apresentar **01 (uma) amostra** de cada produto cotado no dia da entrega dos documentos comprobatórios, para efeito de análise acompanhado de fichas técnicas descritivas. Caso o produto não esteja de acordo às especificações técnicas exigidas no certame à empresa será desclassificada.

9.4 OUTROS DOCUMENTOS

9.4.1. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de existência de fato superveniente impeditivo de Habilitação, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador – **Anexo III**;

9.4.2. Declaração de cumprimento do Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal e na Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº 4.358/02, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador - **Anexo III**;

9.4.3. A Pregoeira poderá, eventualmente, consultar a Base de Dados dos Órgãos expedidores da documentação obrigatória mencionada nos itens 9.1 e 9.2;

9.4.4. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a Pregoeira inabilitará o licitante;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

9.4.5. Também será Inabilitado o licitante:

- a) Que não atender às condições deste Edital;
- b) Contra o qual venha a restar comprovado, ainda que posteriormente à fase de Habilitação, fato com ela relacionado e que enseje Inabilitação.

9.4.6. Os Documentos exigidos para Habilitação deverão ser apresentados somente em original ou cópia autenticada por Cartório competente.

10. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

10.1. Apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante:

9.4.1 Sem prejuízo do que dispõe o item 8 deste Edital, após a divulgação do referido Edital, os licitantes deverão encaminhar por meio do sistema licitacoes-e.com.br, os **documentos de habilitação** exigidos no item 9 deste Edital e **proposta inicial com a descrição do objeto ofertado, de forma concomitante**, até a data e o horário estipulados para abertura da Proposta de Preços, conforme artigo 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.4.2 A etapa de que trata o item anterior será encerrada com a abertura da sessão pública.

9.4.3 O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, sendo que a falsidade dessa declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 10.024/2019.

9.4.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.4.5 Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no **caput**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após o procedimento de julgamento.

9.4.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.4.7 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o item 10.6 deste Edital.

10.1.1. A Pregoeira verificará as Propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

10.1.2. A desclassificação de Proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2. Aberta a etapa competitiva, os licitantes que tiverem suas Propostas classificadas deverão estar conectados ao sistema para participar da Sessão de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

10.2.1. O licitante somente poderá oferecer lance por meio eletrônico e que seja inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema Eletrônico.

10.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

10.3. Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante;

10.4. A etapa de lances da Sessão Pública ocorrerá de acordo com o Decreto 10.024/2019;

10.5. Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contra Proposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor Proposta, observado o critério de julgamento, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

10.6. Encerrada a etapa de lances da Sessão Pública Virtual e sendo aceitável a oferta da Proposta classificada em primeiro lugar, o licitante terá o prazo de **três horas** para encaminhar a Proposta com valor arrematado/final, sob pena de desclassificação caso o prazo não seja cumprido. A Pregoeira verificará, também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas no item 9 deste Edital;

10.7. Se a Proposta não for aceitável ou se o licitante não atender as exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a Proposta



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta que atenda plenamente ao Edital;

10.8. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado objeto Pregão Eletrônico, se for o caso;

10.9. A adjudicação realizar-se-á na própria ata de reunião e obedecerá a estrita ordem de classificação;

10.10. O detalhamento da Proposta com os valores readequados de acordo com os lances, se for o caso, nos termos do item 8.2 deste Edital, será apresentado com a assinatura do licitante, sem rasuras, emendas ou entrelinhas e ainda com as seguintes informações:

- a) A razão Social do licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de FAX e, se houver, *e-mail*, e o respectivo endereço, bem como a indicação do Banco, Agência e número da Conta Corrente;
- b) A descrição completa do(s) bem (ns) ofertado(s);
- c) Preço(s) global (is) propostos para o(s) bem(ns) ofertado(s), já devidamente corrigido após o encerramento dos lances;
- d) Prazo de validade da Proposta de 60 (sessenta) dias.

10.11. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

10.11.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será SUSPensa e terá reinício somente após expressa comunicação da Pregoeira aos licitantes.

10.11.2. Neste pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no Decreto Lei 10.024/2019.

10.11.2.1. A etapa de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 02 minutos do período de duração da sessão pública;

10.11.2.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 50.00 (cinquenta reais) para os Lotes 01 e 03, e deverá ser de, no mínimo, R\$ 150.00 (cento e cinquenta reais) para o Lote 02, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que vai cobrir a melhor oferta.

10.11.3. Ao final da fase de lances, a Comissão de Licitação PODERÁ solicitar apresentação de planilha de COMPOSIÇÃO DE PREÇO do produto especificado no Anexo IV.

10.11.3.1. Para a comprovação dos preços e demais encargos (transporte, taxas, imposto, etc.) deverá ser apresentado também as Notas Fiscais e documentos equivalentes.

10.11.3.2. Caso a referida composição de preços seja requerida pela Comissão de Licitação, a empresa arrematante do item deverá apresentar a planilha no prazo máximo de 24 horas após a solicitação.

11. ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico através do endereço de e-mail lfcopelsesa@gmail.com.

11.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública qualquer pessoa poderá impugnar o presente ato convocatório;

11.2. Caberá a Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 dias úteis;

11.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do Certame;

11.4. O(s) pedido(s) de impugnação(s) referente(s) ao presente ato convocatório deverá(ão) serem enviados a Pregoeira, até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, por meio do endereço eletrônico: lfcopelsesa@gmail.com, em atendimento ao art. 24 do Decreto 10.024/2019.

11.5. Aos Licitantes que apresentarem questionamentos em forma de Impugnação, para obter o retardamento do certame



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas no Art. 7º da Lei Nº10.520/2002.

12. DOS RECURSOS

12.1. Ao final da Sessão Pública Virtual, qualquer licitante poderá, **exclusivamente pelo Sistema Eletrônico**, manifestar, **de forma imediata e motivadamente a intenção de recorrer**. Essa manifestação se fará com o registro da síntese de suas razões, hipótese em que lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias** para apresentação das razões do **RECURSO**, por meio do endereço eletrônico: lfcopelsesa@gmail.com, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção do licitante em recorrer importará a decadência do direito de recurso e a Pregoeira adjudicará o objeto do Certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido o presente procedimento a Prefeita para Homologação;

12.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), terá(ão) efeito suspensivo e será (ão) dirigido (s) à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

12.4. Decididos os recursos, a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/ Bahia, fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e encaminhará a autoridade competente que homologará o procedimento licitatório;

12.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA DESPESA

13.1. A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta de recursos previstos nos Orçamentos da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Unidade Gestora	Programa/Ação	Elemento Despesa	Fonte de Recurso
30.0301	2389	3.3.90.30.00	6102000 / 0114000

14. DO PAGAMENTO

14.1. O prazo para pagamento será de 30 dias corridos contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento.

a) O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

14. 2. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, sendo de preferência no banco 104 (Caixa Econômica Federal) no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, emitida de acordo com a nota de Empenho, a qual será conferida e atestada pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no Art. 5º da Lei Nº 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela contratada.

14.3. A Secretaria não receberá produtos fornecidos em desacordo com este Edital e seu Anexo IV (Planilha Discriminativa), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 17;

14.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária;

14.5. Os pagamentos somente serão realizados após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória e parcial (receita estadual e municipal) da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta on-line feita pela Controladoria Geral do Município ou mediante a comprovação documental da manutenção da regularidade exigida na fase de habilitação do Certame licitatório, conforme itens 7.1 e 7.2 deste Edital;

14.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

obras, conforme artigo 64 da Lei Nº 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo IV da IN SRF Nº 480 de 15 de dezembro de 2004.

14.7. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

14.8. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

14.9. Antes do pagamento será verificada a regularidade trabalhista e fiscal.

14.10. A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com as certidões fiscais (**FEDERAL, FGTS, MUNICIPAL, ESTADUAL e TRABALHISTA**).

15. DAS PENALIDADES

15.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativas aceita pela Secretaria de Saúde, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, as sanções administrativas de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar com o município.

15.2. Ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
- b) no prazo determinado, não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- e) não manter a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

15.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão, a Administração da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, poderá garantir a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo lote;
- c) Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso.
- d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo lote.
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a dois (2) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

15.4. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

15.5. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

15.6. Compete a Prefeitura Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 15.1 e 15.2, alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, ao Secretário de Saúde, a penalidade de advertência, prevista no item 15.2, alínea “a”, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

15.7. Da aplicação das penalidades previstas nos itens 15.1 e 15.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

15.8. As sanções previstas no item 15.2, alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste edital.

16. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

16.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

16.2. A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata de Registro de Preços;

16.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata de Registro de Preços;

16.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos Documentos apresentados em qualquer fase da licitação, inclusive a preparação e apresentação das Propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação da documentação referente a este Pregão Eletrônico;

17.2. Após apresentação da Proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira;

17.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da Sessão Pública do Pregão Eletrônico;

17.4. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura Contratação;

17.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;

17.6. É facultado a pregoeira ou à autoridade superior:

a) A promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase do Pregão, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da Proposta;

b) Relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer Documentos, para fins de Habilitação e classificação dos proponentes, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da Proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação;

c) Convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas Propostas.

17.7. Este Edital e seus anexos, bem como a Proposta vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, como se nele estivessem transcritos, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o ofertado em lance verbal; se houver;

17.8. Os vencedores terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho junto à Prefeitura. A referida convocação será feita através de envio de fax e/ou ofício e/ou e-mail;

17.9. Caso o licitante vencedor não apresente situação regular no ato da assinatura da Ata ou retirada do empenho, ou venha recusar-se a celebrá-lo/retirá-lo, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido e na vigência da sua Proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se à Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes;

17.10. Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final na Sessão Pública originária do Pregão, devendo os convocados apresentarem os Documentos de Habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião;

17.11. A nota fiscal deverá ser emitida, manual ou eletronicamente, através do site da Secretaria Estadual de Fazenda (www.sefaz.ba.gov.br), conforme determina o Decreto Estadual Nº 9.265, de 14 de dezembro de 2004, e encaminhadas ao Setor Financeiro da Secretaria Municipal de Administração, juntamente com as Certidões de praxe, a fim de que seja realizado



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

o pagamento:

§1º – O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal for emitida conforme o exigido acima;

§2º – O descumprimento deste item acarretará a rescisão do Contrato, por inadimplemento de obrigação contratual, sem qualquer direito à indenização.

17.12. Para maiores informações sobre esta licitação, entrar em contato com a Comissão, na **Rua Bispo Renato Conceição da Cunha, nº 134 - Centro – Lauro de Freitas, CEP: 42.703-080, telefone (71) 3369-9911, ou através do e-mail: lfcopelsesa@gmail.com, no horário de 08h às 14 horas;**

17.13. Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

17.14. O resultado desta licitação será divulgado no sítio www.licitacoes-e.com.br e publicado na Imprensa Oficial;

17.15. É vedada a sub-contratação para o fornecimento do objeto desta licitação;

17.16. Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumento convocatório;

17.17. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública Virtual deste Pregão Eletrônico constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico,

17.18. As decisões referente a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

17.19. É de responsabilidade do licitante o acompanhamento das informações no Diário Oficial do Município.

18. DO FORO

18.1. Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao Certame;

18.2. Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no foro do Município de Lauro de Freitas /Bahia.

Lauro de Freitas/Ba, 02 de dezembro de 2021.

Denise de Sousa Alves
Pregoeira



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021

EDITAL
ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº021/2021/SMS.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2021/SMS.

PROCESSO Nº 13.608/2021.

VALIDADE: 08 (oito) meses

Aos **xxxxxx e xxxx** dias do mês de **xxxx** do ano de **dois mil e vinte e um**, o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ (MF) sob o Nº 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Thiago dos Santos – Nº 25 – Centro - Lauro de Freitas/ Bahia, representado por sua Prefeita Municipal – Srª Moema Isabel Passos Gramacho, no uso da competência que lhe foi atribuída nos termos do Art. 15 da Lei Federal Nº 8.666/93 e Decreto Municipal Nº 2.413/06, e a empresa **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** com sede à **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CEP xxxxxxxxxxx-xxx, xxxxxxxxxxx-xxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (00) 0000-0000**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº **00.000.000/0000-00**, representada neste ato pelo Sr. **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, profissão **xxxxxxxx**, nacionalidade **xxxxxxxxxx**, estado civil **xxxxxxxx**, portador da **carteira de identidade n.º xxxxxxxx SSP/xx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx** observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das Propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2021/SMS**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) relacionada(s) no **Item 04**, de acordo com a Classificação por ela(s) alcançada(s), por lote, observadas as condições do Edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o presente **Registro de Preço para aquisição de FÓRMULAS ESPECIAIS, a fim de manter o tratamento dietético dos usuários cadastrados nas Unidades de Saúde da Família do Município de Lauro de Freitas - BA**, conforme Termo de Referência e Planilha neste Edital. Requisitado Pela Secretaria Municipal de Saúde, especificados no Anexo IV do Edital de Pregão Eletrônico **Nº 021/2021/SMS**, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços formalizado na presente Ata terá validade de até 08 (oito) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Saúde, que exercerá suas atribuições.

4. DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do fornecimento registrados na presente Ata, encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no Certame licitatório

EMPRESA REGISTRADA:						
CNPJ:		E-MAIL:		/Tel.: (00)		
ENDEREÇO:						
LOTE						
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA FABRICANTE	PREÇO (R\$)			
			UF	QTDE	V.UNIT.	V.TOTAL
01						
VALOR TOTAL DO LOTE R\$ ().						
VALOR GLOBAL DOS LOTES 01, 02 e 03 R\$ ().						

5. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A critério da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia, Secretaria Municipal de Saúde, obedecida à ordem de classificação, o(s) licitante(s) vencedor(s), cujo(s) preço(s) tenha(m) sido registrado(s) na Ata de Registro de Preço, será(ão) convocado(s) para retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao Edital e à respectiva Ata;

5.2. A partir da emissão da nota de empenho o detentor da Ata passa a ser considerado como CONTRATADO, obrigando-se a obedecer, além do disposto nesta Ata, os ditames e especificações constantes no Anexo IV, Planilha Estimativa, do Edital de Licitação Pregão Eletrônico Nº 021/2021/SMS – COPEL;

5.3. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo IV, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades;

5.4. A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia não está obrigada, durante o prazo de validade do registro de preços decorrente deste Certame, a firmar as contratações que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a aquisição pretendida, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.5. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia, após realizada a licitação específica, constatar que o preço obtido é igual ou maior que o registrado ou, após negociação, aquiescer o detentor da Ata em baixar o preço registrado, igualando ou tornando-o menor que o obtido em referida licitação;

5.6. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do Certame licitatório, mediante prévia consulta a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia, observadas, ainda, as demais regras impostas no Art. 8º do Decreto Nº 2.413/2006;

5.7. Os preços ofertados e registrados serão irrevogáveis, nos termos da legislação vigente.

6. DOS PRAZOS / CONDIÇÕES DE ENTREGA/ RECEBIMENTO E GARANTIA

a) a) O fornecedor terá o prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de recebimento da solicitação de fornecimento e empenho, o que se dará por e-mail.

b) A entrega deverá ser realizada em dia de expediente para Secretaria de Saúde – Lauro de Freitas (BA), no horário compreendido entre as 08h e às 14h. Caso o término do prazo para entrega se dê em dia não útil na SESA, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

c) O dia e o horário para entrega deverão ser agendados previamente com o Almojarifado da Secretaria de Saúde, com antecedência mínima de 24 horas, pelo telefone (71) 3379-1207.

d) Os medicamentos serão entregues no seguinte endereço: RUA LEONARDO R. DA SILVA COND. NOSSA SENHORA DE LURDES 377 LT 08 PITANGUEIRAS, Lauro de Freitas – BA CEP 42.701-420 – Almojarifado.

e) Os itens adquiridos deverão ser entregues no endereço e nas quantidades conforme a solicitação.

f) Serão de responsabilidade do fornecedor todas as despesas decorrentes do transporte dos equipamentos até sua entrega no Almojarifado da Secretaria de Saúde, no endereço informado no item 6.0 letra d.

g) Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens que os protejam de amassados.

h) Quando da entrega dos medicamentos pelo fornecedor juntamente com a nota fiscal, a Seção do Almojarifado fará o seu recebimento, ocasião em que verificará apenas a quantidade dos volumes entregues.

i) O prazo máximo para substituição caso necessário dos equipamentos que não atenderem às especificações do Termo de Referência, será de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento, pelo contratado, da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Gestor do Contrato.

j) O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à existência de vícios ocultos e/ou quanto à qualidade do material entregue.

l) Os medicamentos entregues deverão ter um prazo de validade de no mínimo 06 (seis) meses, a partir da data de entrega.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de 30 dias corridos contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento.

c) O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

- 7.2.** O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, sendo de preferência no banco 104 (Caixa Econômica Federal) no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após a entrega dos produtos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, emitida de acordo com a nota de Empenho, a qual será conferida e atestada pelo servidor ou comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no Art. 5º da Lei Nº 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela contratada.
- 7.3.** A Secretaria não receberá produtos fornecidos em desacordo com este Edital e seu Anexo IV (Planilha Discriminativa), sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 17;
- 7.4.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária;
- 7.5.** Os pagamentos somente serão realizados após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória e parcial (receita estadual e municipal) da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta on-line feita pela Controladoria Geral do Município ou mediante a comprovação documental da manutenção da regularidade exigida na fase de habilitação do Certame licitatório, conforme itens 7.1 e 7.2 deste Edital;
- 7.6.** Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei Nº 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo IV da IN SRF Nº 480 de 15 de dezembro de 2004.
- 7.7.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 7.8.** A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.
- 7.9.** Antes do pagamento será verificada a regularidade trabalhista e fiscal.
- 7.10.** A nota fiscal devida deverá ser entregue juntamente com as certidões fiscais (**FEDERAL, FGTS, MUNICIPAL, ESTADUAL e TRABALHISTA**).

8. DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA

- a) Fornecer todos os medicamentos, de acordo com as especificações do termo de referência.
- b) Os medicamentos a serem entregues deverão ser necessariamente de primeira linha, segundo os padrões usuais de mercado, com identificação do fabricante e marcas, que permitam a aferição, pelo contratante.
- c) Assumir despesas referentes a transporte, carga e descarga dos materiais a serem fornecidos;
- d) Providenciar, por sua conta, todos os registros e licenças, exigidos por leis ou atos dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, para fornecimento dos bens objeto deste termo de referência;
- e) Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com o fornecimento dos bens, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes, subcontratados e prepostos (Art. 71, Lei 8666/93);
- f) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE.
- g) Os equipamentos deverão ter registro do produto cotado, no Ministério da Saúde, conforme Lei nº 6.360/76 e Decreto 8.077/2013 ou publicação no Diário Oficial da União. Tratando-se de produtos dispensados de registro, que figurem em relações elaboradas pela ANVISA, deverá ser apresentado o cadastramento ou a comprovação de dispensa.
- h) A Contratada deverá apresentar Manual ou catálogo contendo foto e especificações, em conformidade com o produto ofertado na proposta, em língua portuguesa, como critério de classificação.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1.** Ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida;
- b) No prazo determinado, não assinar o Contrato ou não retirar a Nota de Empenho;
- c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- e) Não manter a proposta, injustificadamente;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

9.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do Pregão, a Administração da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia, poderá garantir a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do respectivo lote;
- c) Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo lote;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a dois (2) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

9.3. O atraso injustificado na execução do contrato, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão do contrato.

9.4. As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da contratada ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

9.5. Compete a Prefeitura Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 10.1 e 10.2, alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, ao Secretário de Saúde, a penalidade de advertência, prevista no item 10.2, alínea “a”, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

9.6. Da aplicação das penalidades previstas nos itens 10.1 e 10.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informados.

9.7. As sanções previstas no item 10.2, alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Termo de Referência.

10. DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Os eventuais contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no [art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#);

10.2. O gerenciador da Ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

10.2.1. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/Bahia, por intermédio do órgão gerenciador do Registro de Preços;

10.3. Quando o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao preço médio praticado no mercado, o órgão gerenciador solicitará ao detentor da Ata, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos nos termos do subitem anterior;

10.3.1. Caso o detentor da Ata não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, devendo o órgão gerenciador convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021**

EDITAL

10.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor da Ata, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Liberar o detentor da Ata do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) Convocar os demais detentores da Ata visando igual oportunidade de negociação.

10.5. Não havendo êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços.

11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O detentor da Ata, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

- a) Não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) Não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

11.2. O detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito, ou força maior, devidamente comprovados.

12. DA PUBLICIDADE

12.1. O(s) preço(s), a(s) quantidade(s), o (s) detentor(es) da Ata e a (s) especificação(ões) resumida (s) do objeto e as quantidades, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial, em conformidade com o disposto no Art. 6º, inciso I do Decreto Nº 2.413/2006.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Integram a presente Ata o Processo Administrativo Nº 13.608/2021, o Edital do Pregão Eletrônico Nº 021/2021/SMS e as propostas, com preços e especificações;

13.2. As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro do Município de Lauro de Freitas, Capital do Estado da Bahia. E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes abaixo.

Lauro de Freitas/Ba, 00 de xxxx de 2021.

MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO
MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS
PREFEITA

AUGUSTO CÉSAR PEREIRA DO NASCIMENTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETÁRIO DE SAÚDE

EMPRESA xxx
Representada pelo Sr. xxx
CPF nº xxxxxxxxxxxxx

1 – TESTEMUNHA

CPF nº _____

2 – TESTEMUNHA

CPF nº _____



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

ANEXO II

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)

LOTE 01 EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UF	QTDE	V.UNIT.	V.TOTAL
01	Fórmula Infantil de Partida, para lactentes de 0 à 6 meses de vida, contendo prebióticos, proteínas lácteas (proteína do soro e caseína), fontes de carboidrato (lactose) e fontes de lipídeos. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	60	34,80	2.088,00
02	Fórmula infantil em pó, Sem Adição de Lactose, com nucleotídeos e LCPUFAS (DHA e ARA). Apresentação em pó, 400g.	UNIDADE	105	55,77	5.855,85
VALOR DO LOTE 01 R\$					7.943,85

LOTE 02					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UF	QTDE	V.UNIT.	V.TOTAL
01	Fórmula infantil e de seguimento para lactentes desde o nascimento, composta por aminoácidos livres, não alergênicos. Nutricionalmente completo, indicado nos casos de alergia alimentar (a proteína do leite de vaca, soja, proteínas hidrolisadas e /ou a múltiplos alimentos), distúrbios disabsortivos, síndrome do intestino curto e na transição de parenteral para enteral. Compostas de óleos vegetais, TCM, DHA e ARA, vitaminas, minerais, oligoelementos e nucleotídeos. Isento de proteína láctea, lactose, sacarose, frutose, ingredientes de origem animal e glúten. Produto deve atender as normas da RDC 45/2011. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	630	254,78	160.511,40
02	Alimento nutricionalmente completo, densidade calórica de 1,0kcal/ml, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Contém 100% aminoácidos sintéticos e não alergênicos, em pó. Isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, galactose, frutose, glúten e ingredientes de origem animal. Indicações: Alergia alimentar (ao leite de vaca, à soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas), síndrome do intestino curto e outros distúrbios absorptivos moderados a graves, gastroenteropatia e esofagite eosinofílica, nutrição enteral precoce/mínima em terapia intensiva pediátrica, transição de nutrição parenteral para enteral. Apresentação em pó, lata 400g. Faixa etária: crianças a partir de 1 ano de idade.	UNIDADE	630	273,77	172.475,10
03	Alimento em pó para nutrição oral ou enteral indicado para crianças a partir de 1 ano de idade, nutricionalmente completo, tendo como fonte proteica de preferência caseinato isento de lactose, permitindo as concentrações calóricas 1.0kcal/ml e 1.5kcal/ml – Sem sabor. Apresentação em	UNIDADE	670	96,76	64.829,20



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

	pó, lata 400g.				
04	Alimento para suplementação em situações metabólicas especiais para nutrição enteral/oral formulado para portadores de alergia às proteínas do leite de vaca. Densidade calórica 459 Kcal / 100g. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	200	263,11	52.622,00
05	Mistura para preparo de mingau para dietas com restrição de proteínas integras e hidrolisadas a base de aminoácidos livres 100% não alergênico. Indicado para introdução de alimentos sólidos para crianças a partir do sexto mês de vida com alergias alimentares (a proteína do leite de vaca, a soja, a proteína hidrolisada e a múltiplas proteínas) e na esofagite eosinofílica. Sem aromatizantes, corantes artificiais e conservantes. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	60	308,62	18.517,20
06	Alimento para nutrição oral, desenvolvido para cicatrização de úlcera por pressão e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Sendo um suplemento alimentar hiperproteico, acrescido de Arginina e com alto teor de micronutrientes relacionados a cicatrização (Zinco, Selênio, Vitaminas C, A e E) além da presença de carotenóides. Isento de glúten e traços de soja. Possuir no máximo 30% de proteínas (não contenha soja e mínimo 15% de ARGININA). Embalagem: frasco 200ml.	UNIDADE	300	23,21	6.963,00
07	Fórmula infantil de partida e seguimento para lactentes e crianças de 0 a 36 meses, polimérica, nutricionalmente completa, para nutrição enteral/oral, hipercalórica, com ótima oferta proteica. Que contenha adição de lcpufas, nucleotídeos e uma mistura exclusiva de probióticos (gos/fos). Isenta de sacarose e glúten. Densidade calórica 1.0kcal/ml. Possui 10,5% de proteínas (60% soro do leite e 40% caseína), 40,4% de carboidratos (54% de lactose e 46% de maltodextrina) e 49,1% de lipídeos (óleos vegetais – canola, palma, coco, girassol, óleo de peixe e mortirella alpina). Sabor: neutro. Apresentação em pó, com no mínimo 400g.	UNIDADE	450	127,97	57.586,50
VALOR DO LOTE 02 R\$					533.504,40

LOTE 03 - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UF	QTDE	V.UNIT	V.TOTAL
01	Suplemento oral em pó nutricionalmente completo, hipercalórico, acima de 1,2 kcal/ml, hiperproteico, 100% maltodextrina, com baixo teor de gordura saturada (menor que 10% do VCT). Isento de lactose, sacarose e glúten, sem sabor. Apresentação lata de até 400g. Possuir Registro da ANVISA.	UNIDADE	790	87,29	68.959,10
VALOR DO LOTE 03 R\$					68.959,10

VALOR GLOBAL DE TODOS OS LOTES R\$ 610.407,35 (seiscentos e dez mil, quatrocentose sete reais e trinta e cinco centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

As empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade conforme sua razão, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado de capacitação técnica atualizado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Alvará ou licença sanitária para funcionamento, conforme o caso, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da sede do licitante ou Ministério da agricultura. Caso o documento exigido nesta alínea não indique a sua validade, considerar-se-á o prazo de 12 (doze) meses, contados da sua emissão;
- c) Para cumprimento deste objeto, necessário se faz que a o Órgão Gerenciador da Ata de Registro e ao fornecedor obedeçam às normas da ANVISA e suas portarias vigentes, conforme RDC 216 de 15/09/2004; RDC 63/2000 da Agencia Nacional da Vigilância Sanitária; Resolução CFN nº 337 de 14 de abril de 1999.
- d) A Empresa vencedora deverá apresentar 1 (uma) amostra de cada produto cotado no dia da entrega dos documentos comprobatórios, para efeito de análise acompanhado de fichas técnicas descritivas. Caso o produto não esteja de acordo às especificações técnicas exigidas no certame à empresa será desclassificada;

A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

BANCO	AGÊNCIA	Nº DA CONTA
.....

(local, data) _____

Representante Legal (Assinatura e identificação do responsável pela empresa e Carimbo da empresa)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o Nº, com sede
..... (endereço completo), interessada(o) em participar do Edital de **Pregão Eletrônico – Nº 021/2021SMS**,
instaurado pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, declara, sob as penas da Lei, que não existe fato impeditivo para a
contratação desta referida empresa junto à Administração Pública e que a mesma se obriga a comunicar a superveniência do
mesmo, caso ocorra.

NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)

_____ (nome da empresa), inscrito no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Lauro de Freitas, _____ de _____ de _____.

(REPRESENTANTE LEGAL)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021

EDITAL
ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

Superintendência da Atenção Básica

Data: 02.12.2021

1. OBJETO:

Registro de preço, para aquisição de Fórmulas Especiais, a fim de manter o tratamento dietético dos usuários cadastrados nas Unidades de Saúde da Família do Município.

2. JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessária a aquisição de Fórmulas Especiais, a fim de manter o tratamento dietético dos usuários cadastrados por demanda administrativa e ação judicial no Município de Lauro de Freitas. Conforme a Emenda Constitucional nº64, no artigo 6º da Constituição Federal; Lei 8.080 de 19/09/1990; Lei Orgânica 11.346/2016 e o Decreto 7.272/2010, onde tem, a alimentação como um fator condicionante e determinante de saúde além de ser um direito social constitucional. Sendo dever do Estado garantir a saúde na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal para promoção à alimentação adequada e saudável e às ações e aos serviços proteção contra doenças e agravos e promoção e recuperação da saúde. E a Portaria Nº 67, 23 de novembro de 2018 do Ministério da Saúde, que estabelece a incorporação das Fórmulas Especiais para tratamento de crianças com Alergia a Proteína do Leite de Vaca no âmbito do Sistema Único de Saúde. Este quantitativo visa atender aos pacientes cadastrados, por um período de 8 meses.

3. DO PRAZO E DA ENTREGA:

- a) O fornecedor terá o prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a data de recebimento da solicitação de fornecimento e empenho, para a entrega, o que se dará por e-mail.
- b) A entrega deverá ser realizada em dia de expediente para Secretaria de Saúde – Lauro de Freitas (BA), no horário compreendido entre as 8 e às 14h. Caso o término do prazo para entrega se dê em dia não útil na SESA, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
- c) O dia e o horário para entrega das mercadorias deverão ser agendados previamente com o setor de Almoxarifado da Secretaria de Saúde, com antecedência mínima de 24 horas, pelo telefone (71) 3379-1207.
- d) Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: RUA LEONARDO R. DA SILVA COND. NOSSA SENHORA DE LURDES 377 LT 08 PITANGUEIRAS, Lauro de Freitas – BA CEP 42.701-420 – Almoxarifado.
- e) A Ata de Registro de Preços terá vigência de 8 (oito) meses a contar da data de assinatura.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO:

- a) Os produtos somente serão recebidos mediante a apresentação de Certificado de Análise de Qualidade do produto, que deverão ser apresentados no momento da contratação, referente ao(s) itens que estão sendo fornecidos;
- b) Conter impressos na embalagem os dados de identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de validade e fabricação, instruções de uso e armazenagem;
- c) Os produtos deverão estar acompanhados dos laudos de inspeção emitidos pela autoridade sanitária competente, onde deverão ser apresentados no momento da contratação;
- d) A Secretaria Municipal de Saúde não receberá produtos em que sua validade já tenha consumido 30% de seu prazo desde a sua data de fabricação;
- e) O acondicionamento e transporte do produto deveram ser devidamente protegidos do pó e variações de temperatura com embalagem e controle devem ser apropriados para garantir a integridade do produto;
- f) Os fornecedores deverão apresentar especificações claras, completas e detalhadas dos produtos ofertados, inclusive indicando a procedência, marca e fabricante do produto;
- g) Obrigatoriamente os produtos a serem ofertados deverão ser de 1ª qualidade; Quando da entrega do objeto por parte da licitante, for detectado que o mesmo não apresenta características e especificações conforme exigidos no edital e/ou não apresente 1ª qualidade, o licitante deverá substituir por outro que atenda sem ônus adicionais para a Administração Pública;
- h) Os itens adquiridos deverão ser entregues no endereço e nas quantidades conforme a solicitação. i) Serão de responsabilidade do fornecedor todas as despesas decorrentes do transporte dos produtos até sua entrega no Almoxarifado da Secretaria de Saúde, no endereço informado no item 3.d.;
- i) Os produtos deverão ser entregues em embalagens que os protejam de amassados;
- j) Quando da entrega dos produtos pelo fornecedor juntamente com a nota fiscal, o ALMOXARIFADO da Secretaria de Saúde fará o seu recebimento, ocasião em que verificará a quantidade dos volumes entregues e outras alterações que comprometam



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

a qualidade dos produtos, como amassos e/ou ferrugens;

k) O prazo máximo para substituição dos produtos que não atenderem às especificações do Termo de Referência, será de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento, pelo fornecedor, da comunicação oficial do ocorrido emitida pelo Gestor da Ata de Registro. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição das mercadorias, poderão ser aplicadas as penalidades legais cabíveis;

l) Nos casos de substituição dos produtos, será reiniciado os prazos e os procedimentos estabelecidos neste termo;

m) O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à existência de vícios ocultos e/ou quanto à qualidade do material entregue;

n) Os produtos entregues deverão ter um prazo de validade de no mínimo 1 (um) ano, a partir da data de entrega.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE FORNECEDOR:

a) O PROMITENTE FORNECEDOR obriga-se a fornecer o produto com qualidade, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência;

b) Credenciar, junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução da Ata de Registro;

c) Manter durante a execução da Ata de Registro todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

d) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus profissionais durante a execução da Ata de Registro;

e) Não subcontratar os serviços previstos neste instrumento no seu todo, podendo, mediante prévia autorização do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO, fazê-lo com relação a parte dele cabendo-lhe neste caso, toda a responsabilidade acerca dos possíveis danos causados em razão da subcontratação;

f) Não caucionar ou utilizar a Ata de Registro a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO;

g) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciários, decorrentes da execução da presente Ata de Registro, eximindo o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO de qualquer responsabilidade, obrigação ou encargo;

h) O PROMITENTE FORNECEDOR será obrigado a substituir, o produto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da comunicação do problema pelo setor técnico da SESA;

i) Entregar o produto íntegro, obedecendo ao prazo de fabricação e validade, sem amassados, ferrugens e outras alterações que comprometam a qualidade do produto;

j) O produto entregue deverá ser de reconhecida qualidade, de acordo com legislação vigente (RDC nº 45, de 19 de setembro de 2011). Devendo possuir seu registro na ANVISA, inclusive contendo informações quanto as suas características na embalagem, tais como data de fabricação, prazo de validade (que deverão ser apresentados no momento da contratação);

k) O PROMITENTE FORNECEDOR prestará Assessoria Científica "in loco" e periódica por profissional de nível superior habilitado legalmente Registrado em Conselho Regional de Nutrição nas Unidades de Referência do Município que utilizarem os produtos para Nutrição Enteral e Oral, sem ônus para o Município de Lauro de Freitas;

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO:

a) Exercer a fiscalização do recebimento, por servidor designados para acompanhar a Ata de Registro de Preço, pertencentes à Secretaria de Saúde.

b) Efetuar o pagamento dos itens entregues nas condições estabelecidas na Ata;

c) Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao licitante vencedor;

d) Comunicar à Licitante vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações;

e) Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

7. INDICAÇÃO DA FONTE DO RECURSO:

Proj./Atividade 2389

Elemento de Despesa: 33903000

Fontes de Recursos: 6102000 / 0114000

8. PAGAMENTO:

a) O prazo para pagamento será de até o 30º dias corridos contado do atesto na nota fiscal/fatura pelo responsável pelo recebimento.

b) O pagamento será creditado em nome do fornecedor, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

c) O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o fornecedor efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

d) A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

e) Antes do pagamento será verificada a regularidade trabalhista e fiscal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

f) A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com as certidões fiscais (FEDERAL, FGTS, MUNICIPAL, ESTADUAL e TRABALHISTA).

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- d) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade conforme sua razão, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado de capacitação técnica atualizado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- e) Alvará ou licença sanitária para funcionamento, conforme o caso, expedido pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da sede do licitante ou Ministério da agricultura. Caso o documento exigido nesta alínea não indique a sua validade, considerar-se-á o prazo de 12 (doze) meses, contados da sua emissão;
- f) Para cumprimento deste objeto, necessário se faz que a o Órgão Gerenciador da Ata de Registro e ao fornecedor obedeçam às normas da ANVISA e suas portarias vigentes, conforme RDC 216 de 15/09/2004; RDC 63/2000 da Agencia Nacional da Vigilância Sanitária; Resolução CFN nº 337 de 14 de abril de 1999.

10. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS:

- a) A Empresa vencedora deverá apresentar 1 (uma) amostra de cada produto cotado no dia da entrega dos documentos comprobatórios, para efeito de análise acompanhado de fichas técnicas descritivas. Caso o produto não esteja de acordo às especificações técnicas exigidas no certame à empresa será desclassificada;

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a empresa que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida;
- b) no prazo determinado, não assinar a Ata de Registro ou não retirar a Nota de Empenho;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

10.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, poderá garantir a defesa prévia, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução da Ata de Registro, tomando por base o valor global;
- c) Multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
- d) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do respectivo lote;
- e) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração por período não superior a dois (2) anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública.

10.3 O atraso injustificado na execução da Ata de Registro, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar a rescisão da Ata de Registro.

10.4 As multas aplicadas serão descontadas dos créditos do fornecedor ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprido serão cobradas judicialmente.

10.5 Compete a Prefeitura Municipal a aplicação das penalidades previstas nos itens 10.1 e 10.2, alíneas “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, ao Secretário de Saúde, a penalidade de advertência, prevista no item 10.2, alínea “a”, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

10.6 Da aplicação das penalidades previstas nos itens 10.1 e 10.2 caberão recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informados.

10.7 As sanções previstas no item 10.2, alíneas “b”, “c” e “d”, poderão ser aplicadas conjuntamente com as demais penalidades previstas neste Termo de Referência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

12. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

LOTE 01			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UF	QTDE
01	Fórmula Infantil de Partida, para lactentes de 0 à 6 meses de vida, contendo prebióticos, proteínas lácteas (proteína do soro e caseína), fontes de carboidrato (lactose) e fontes de lipídeos. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	60
02	Fórmula infantil em pó, Sem Adição de Lactose, com nucleotídeos e LCPUFAS (DHA e ARA). Apresentação em pó, 400g.	UNIDADE	105

LOTE 02			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UF	QTDE
01	Fórmula infantil e de seguimento para lactentes desde o nascimento, composta por aminoácidos livres, não alergênicos. Nutricionalmente completo, indicado nos casos de alergia alimentar (a proteína do leite de vaca, soja, proteínas hidrolisadas e /ou a múltiplos alimentos), distúrbios disabsortivos, síndrome do intestino curto e na transição de parenteral para enteral. Compostas de óleos vegetais, TCM, DHA e ARA, vitaminas, minerais, oligoelementos e nucleotídeos. Isento de proteína láctea, lactose, sacarose, frutose, ingredientes de origem animal e glúten. Produto deve atender as normas da RDC 45/2011. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	630
02	Alimento nutricionalmente completo, densidade calórica de 1,0kcal/ml, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Contêm 100% aminoácidos sintéticos e não alergênicos, em pó. Isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, galactose, frutose, glúten e ingredientes de origem animal. Indicações: Alergia alimentar (ao leite de vaca, à soja, a hidrolisados e a múltiplas proteínas), síndrome do intestino curto e outros distúrbios absorptivos moderados a graves, gastroenteropatia e esofagite eosinofílica, nutrição enteral precoce/mínima em terapia intensiva pediátrica, transição de nutrição parenteral para enteral. Apresentação em pó, lata 400g. Faixa etária: crianças a partir de 1 ano de idade.	UNIDADE	630
03	Alimento em pó para nutrição oral ou enteral indicado para crianças a partir de 1 ano de idade, nutricionalmente completo, tendo como fonte proteica de preferência caseinato isento de lactose, permitindo as concentrações calóricas 1.0kcal/ml e 1.5kcal/ml – Sem sabor. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	670
04	Alimento para suplementação em situações metabólicas especiais para nutrição enteral/oral formulado para portadores de alergia às proteínas do leite de vaca. Densidade calórica 459 Kcal / 100g. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	200
05	Mistura para preparo de mingau para dietas com restrição de proteínas integras e hidrolisadas a base de aminoácidos livres 100% não alergênico. Indicado para introdução de alimentos sólidos para crianças a partir do sexto mês de vida com alergias alimentares (a proteína do leite de vaca, a soja, a proteína hidrolisada e a múltiplas proteínas) e na esofagite eosinofílica. Sem aromatizantes, corantes artificiais e conservantes. Apresentação em pó, lata 400g.	UNIDADE	60
06	Alimento para nutrição oral, desenvolvido para cicatrização de úlcera por pressão e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Sendo um suplemento alimentar hiperproteico, acrescido de Arginina e com alto teor de micronutrientes relacionados a cicatrização (Zinco, Selênio, Vitaminas C, A e E) além da presença de carotenóides. Isento de glúten e traços de soja. Possui no máximo 30% de proteínas (não contenha soja e mínimo 15% de ARGININA). Embalagem: frasco 200ml.	UNIDADE	300
07	Fórmula infantil de partida e seguimento para lactentes e crianças de 0 a 36 meses, polimérica, nutricionalmente completa, para nutrição enteral/oral, hipercalórica, com ótima oferta proteica. Que contenha adição de lcpufas, nucleotídeos e uma mistura exclusiva de prebióticos (gos/fos). Isenta de sacarose e glúten. Densidade calórica 1.0kcal/ml. Possui 10,5% de proteínas (60% soro do leite e 40% caseína), 40,4% de carboidratos (54% de lactose e 46% de maltodextrina) e 49,1% de lipídeos (óleos vegetais – canola, palma, coco, girassol, óleo de peixe e mortirella alpina). Sabor: neutro. Apresentação em pó, com no mínimo 400g.	UNIDADE	450



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS**
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 021/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 13.608/2021
EDITAL

LOTE 03			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UF	QTDE
01	Suplemento oral em pó nutricionalmente completo, hipercalórico, acima de 1,2 kcal/ml, hiperproteico, 100% maltodextrina, com baixo teor de gordura saturada (menor que 10% do VCT). Isento de lactose, sacarose e glúten, sem sabor. Apresentação lata de até 400g. Possuir Registro da ANVISA.	UNIDADE	790

A servidora **Juliana dos Santos Queiroz**, será responsável pelo gerenciamento e fiscalização dos materiais entregues e na sua ausência outro servidor por ela indicado devidamente documentado.

Declaramos para os devidos fins de direitos, que os dados acima expostos foram elaborados com responsabilidade no ânimo de cumprir plenamente o objeto pretendido.

Alexandra Costa dos Santos
Assessora Especial
Matrícula – nº 78.566-4

Juliana dos Santos Queiroz
Coordenadora de Fórmulas Especiais
Matrícula – nº 08.5396-6